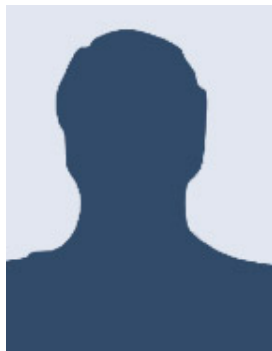


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



NEVES, José Acúrsio das

(Fajão, Pampilhosa da Serra, 1766 – Sarzedo, Arganil, 1834)

José Acúrsio das Neves foi, indubitavelmente, uma das personalidades mais enérgicas em prol da industrialização portuguesa, no contexto das dificuldades conjunturais sucedidas entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX. Filho de António das Neves, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, e Josefa da Conceição, as posses familiares permitiram-lhe ingressar na Faculdade de Leis da Universidade em 1782, cuja formação concluiria em 1787, iniciando uma carreira ascendente na magistratura, à qual votaria quase inteiramente a sua vida. Paralelamente, é hoje considerado como um dos precursores da história económica e social em Portugal, indissociável, todavia, das suas arreigadas convicções políticas, confessando-se desejoso de ser “útil á Pátria, e aos meus Soberanos, pelo caminho das Letras.”

Concluiu o tirocínio de magistrado no Desembargo do Paço, começando por exercer na Casa da Suplicação e na oposição aos Lugares de Letras, onde publicaria o seu primeiro opúsculo (1794), de teor panegírico, endereçado ao presidente da Mesa do Desembargo do Paço, D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1740-1807). Nomeado juiz de fora para Angra do Heroísmo, cargo que ocuparia entre 1795 e 1799, permaneceria na Ilha Terceira, sendo promovido a corregedor de 1799 a 1802, participando no governo executivo da Capitania. Após cessar a sua comissão de serviço nos Açores, casaria com Delfina Maria das Neves, viúva de um tio e detentora de assinaláveis rendimentos, natural de Sarzedo, no concelho de Arganil. Regressaria a Portugal continental em 1807, tendo assistido à saída da Casa Real e da Corte para o Brasil, na iminência da primeira invasão dos exércitos franco-espanhóis comandados pelo marechal Junot (1771-1813). Perante a gravidade dos eventos, José Acúrsio das Neves reagirá tempestuosamente à fraqueza e ao derrotismo da Regência, assim como do pessimismo de grande parte da intelectualidade e das classes militares, iniciando uma enérgica actividade panfletária para contrariar essas tendências.

Retirando-se para a sua terra natal, redigiu várias ‘obras patrióticas’, opúsculos destinados a robustecer a resistência popular contra os franceses, das quais se destacam o *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à Nação Portuguesa, aos Soberanos e aos Povos* (1808); *Observações sobre os recentes acontecimentos das províncias de Entre Douro e Minho, e Trás-os-Montes* (1809); as



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Reflexões sobre a invasão dos franceses em Portugal (1809), entre outros títulos, alguns traduzidos em Espanha, onde alcançaram alguma notoriedade.

Repelida a primeira invasão e restabelecida limitadamente a soberania nacional, o patriotismo e lealdade de José Acúrsio das Neves foram superiormente penhorados, sendo seleccionado para diversos cargos. A 27 de Agosto de 1810 é eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ainda esse ano, será indigitado para juiz desembargador da Relação do Porto, que acumularia com os cargos de deputado e secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, assim como de deputado da Real Fábrica de Sedas e Obra das Águas Livres e da Junta de Liquidação da extinta Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Em reconhecimento pelo seu empenho, seria galardoado com as Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição. Estes indigitamentos direccionados para as áreas económicas foram decisivos para a consolidação do seu pensamento económico-político, pelo que iniciaria, a partir de 1814, a publicação das suas considerações sobre Economia Política, sem esquecer o contributo das lições e os exemplos oriundos da história, outra das suas grandes paixões literárias.

A sua obra cimeira nos meandros historiográficos é, evidentemente, a *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* (vols. I-V, 1810-1811), a qual permanece uma referência incontornável em qualquer bibliografia disponível sobre as Invasões Francesas, com reedições até à actualidade (1984/2008). Como sucedeu em todos os seus escritos, o pendor patriótico e defensor da independência nacional está sobejamente evidenciado: “A força ditava muitas vezes, mas nem sempre, estes discursos; que, porém, fosse a força, a volubilidade de carácter, a traição, ou a cobardia, os efeitos eram sempre os mesmos. Que os tímidos achem na pátria uma mãe clemente, que lhes perdoe as suas fraquezas, quando a procuram arrependidos, é muito justo; mas excede a toda a decência o despejo daqueles, que cobrindo a sua infâmia, ou a sua cobardia com o pretendido bem da pátria, ainda fabricam serviços dos seus crimes, que pretendem erigir em virtudes! São virtudes na verdade muito frequentes no infeliz século dos Napoleões e dos Godoys; que, porém, achariam a sua recompensa sobre os cadafalsos nos séculos dos Epaminondas, dos Aristides e dos Brutos! A virtude nunca apoia os crimes; o verdadeiro bem da pátria exige dos seus filhos, que em lugar de se unirem aos assassinos, que a despedaçam, exponham valerosamente os peitos às balas para a salvarem” (*História Geral da Invasão dos Franceses...* vol. III, 1811, pp. 13-14). As linhas de força estipuladas nesta obra, ainda fortemente controversa, evidenciavam uma concepção de história, cujos conceitos-chave apelavam à revolução contra a decadência de Portugal, sendo necessário resgatar o país pela via do progresso e o reforço das convicções pátrias. Ao ser editada corajosamente no decurso das Invasões Francesas, esta obra denunciava, na óptica do autor, as traições e o colaboracionismo de muitas individualidades, pelo que, perante a proximidade desses factos e a permanência das personalidades visadas em funções governativas ocasionou controvérsias inflamadas,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

das quais destacamos, entre outras, com o tenente-general e académico Francisco de Borja Garção Stockler (1759-1829), arrastando-se por mais de uma década, com a publicação de desmentidos e justificações de ambas as partes.

A partir de 1814 são editadas as *Varietades sobre objectos relativos às Artes, Comércio e Manufacturas consideradas segundo os princípios da Economia Política* (vols. I-II, 1814-1817, 1987) e, no âmbito das suas funções na Junta do Comércio entre 1818 e 1820, seria um dos primeiros ideólogos que fomentou a utilização da máquina a vapor no esforço industrial nacional.

Detentor de uma cultura literária alicerçada nos cânones clássicos, como era apanágio, o pensamento crítico de José Acúrsio das Neves revelava-se extremamente diversificado, envolvendo os vértices fundamentais da Política, da Economia e da História, não esquecendo a apologia das liberdades e dos direitos fundamentais nesses tempos tão tempestuosos, como refere em *Cartas de Um Cidadão Português a seus Concidadãos sobre Diferentes Objectos de Utilidade Geral e Individual* (1822): “A liberdade e a igualdade bem definidas são direitos preciosos da Humanidade e perdem-se pelo excesso com que se pretendem gozar. A liberdade e a igualdade mal definidas são o maior dos flagelos com que se atormenta a espécie humana. Lede a História da Revolução Francesa, ficareis bem convencidos desta verdade: os factos persuadem mais dos que os discursos” (Carta VI, «A Tática dos Revolucionários», p. 48).

No desenlace da revolução liberal de Agosto de 1820 continuaria o combate político-ideológico. Demitido das suas principais funções, foi contudo eleito deputado às Cortes de 1822 pelo círculo de Arganil, mantendo uma actividade parlamentar diligente. Na sequência da *Vilafrancada* (27 de Maio de 1823), é readmitido na Junta do Comércio, de onde será demitido novamente em 1824, sendo detido como suspeito de participar na *Abrilada* (29-30 de Abril de 1824). Após a morte de D. João VI, consolidando-se o poder miguelista, foi readmitido nos seus ofícios em 1826. Apaixonado pelo progresso científico e tecnológico, fundamentados nos ensinamentos da história, publicaria *Entretenimentos Cosmológicos, Geográficos e Históricos* (1826/1987) e as *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e manufactura das Sedas em Portugal...* (1827).

Instalado o governo absolutista de D. Miguel, era designado Procurador Letrado de Lisboa na Junta dos Três Estados (1828), tendo desempenhado um papel bastante interventivo na legitimação de D. Miguel. Ficaria afamado o discurso pronunciado por si nessas Cortes, onde explicitou os motivos porque, de acordo com as leis sucessórias e com o estipulado nas apócrifas *Cortes de Lamego*, legitimavam D. Miguel I e consideravam D. Pedro IV como usurpador, ainda que fossem irmãos.

Pouco depois, publicaria a sua última obra, as *Considerações políticas e comerciais sobre os descobrimentos e possessões dos Portugueses na África e na Ásia* (1830). No decurso da guerra civil entre liberais e absolutistas (1832-1834), abandonaria precipitadamente Lisboa devido a um surto de cólera. Residiria algum tempo nas Caldas da Rainha, onde escreveu o *Boletim do Exército* de D. Miguel e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

retornaria a Sarzedo (Arganil). Morreu em circunstâncias não inteiramente esclarecidas, a 6 de Maio de 1834, sozinho e abandonado num palheiro onde se refugiara das perseguições exortadas contra os partidários de D. Miguel.

Ao assumir a argumentação acérrima da causa miguelista, José Acúrsio das Neves não acataria as directivas da revolução liberal, apelava a um regresso aos modelos sociais e políticos do *Antigo Regime*, não deixando de combater todas as formas de despotismo, ainda que reconhecesse a necessidade da força para a conservação da ordem e coesão sociais. Não obstante o seu percurso político brilhante e a sua superioridade enquanto economista, a sua obra aguardou décadas para ser redescoberta: “Convicto na ideologia política absolutista, facciosamente liberal na sua economia e colonizador inveterado, Acúrsio das Neves sentiu, numa época onde as ideias se pagavam com perseguições alternadas, a necessidade de se refugiar do liberalismo político então em perspectivas de concretização para que pudesse sobreviver às intempéries dum regime que, porque demorado a definir-se, ainda lhe deu ouvidos não só aceitando a sua bibliografia, como possibilitando-lhe a publicação na «Impressão Régia». Mas, porque a história é o melhor tribunal de qualquer pessoa, ei-lo que teve de morrer refugiado desse liberalismo do qual economicamente se disse defensor mas do qual no campo ideológico foi um dos seus agressores” (Luís Marques Alves, «José Acúrsio das Neves, o “Liberalista” colonizador», 1978, pp. 358-359).

Apesar do seu discurso frequentemente contraditório, representativo do âmago dessa época, ressaltam duas características fundamentais do seu pensamento: o ónus liberal no seu pensamento económico e o carácter absolutista nas suas convicções políticas, ambiguidades que transparecem identicamente na sua escrita historiográfica, mas que devem ser entendidas com alguma naturalidade face aos acontecimentos do século. Assumindo-se com um reformista, defendeu acerrimamente o fortalecimento do aparelho do Estado e a criação de condições estruturais basilares que permitissem um desenvolvimento sustentado da agricultura e indústria nacionais. Ainda que seja uma personalidade tenuemente esquecida nos nossos dias, realçamos o veemente interesse na reedição de alguns dos seus trabalhos historiográficos, revelando-se um dos pensadores portugueses mais visionários nos inícios do século XIX e um verdadeiro precursor das teorias económicas modernas entre nós.

Bibliografia activa: *A salvação da Pátria: proclamação aos portugueses sobre a sua honra, e o seu dever nas actuaes circunstancias da Monarchia*, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1809; *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos portugueses na Africa e na Asia*, Impressão Régia, Lisboa, 1830; *Entretenimentos Cosmologicos, Geographicos e Historicos*, Impressão Régia, Lisboa, 1826; *Historia Geral da Invasão dos Francezes em Portugal, e da Restauração deste Reino*, vols. I-V, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1810-1811; *Manifesto da Razão contra as usurpações francezas oferecido à Nação Portuguesa, aos Soberanos e aos Povos*, Oficina de Simão

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1808; *O Despertador dos Soberanos e dos Povos, e dos povos offerecido á Humanidade*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1808; *Varietades sobre objectos relativos às Artes, Commercio e Manufacturas consideradas segundo os principios da Economia Política*, vols. I-II, Imprensa Régia, Lisboa, 1814-1817.

Bibliografia passiva: ALVES, Luís Marques, «José Acúrsio das Neves, o “Liberalista” colonizador», separata da *Revista História*, n.º 1, [s. n.], Porto, 1978, pp. 351-359; AMZALAK, Moses Bensabat, *A Economia Política em Portugal. O Economista José Accúrsio das Neves. I – Bio-bibliografia*, Oficina do Museu Comercial, Lisboa, 1920; *A Economia Política em Portugal. O Economista José Accúrsio das Neves. II – Doutrinas Económicas*, Oficina do Museu Comercial, Lisboa, 1921; CARDOSO, José Inácio, *Noticias biographicas do desembargador José Accursio das Neves*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1849; GRAÇA, Luís, *A promoção e o banimento político em Portugal, no tempo de José Acúrsio das Neves (1766-1834)*, tese de doutoramento em Cultura Portuguesa, UCP, [versão policopiada], Lisboa, 1998; *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, «Biblioteca das Ciências Sociais. História», n.º 29, Edições Afrontamento, Porto, 2008; *José Acúrsio das Neves*, estudo biográfico de José Calvet de MAGALHÃES, «*Idearium: Antologia do Pensamento Português*», S.N.I., Lisboa, 1946; *José Acúrsio das Neves: o historiador, o economista, o panfletário*, selecção e notícia biográfica por Bernardo CAMPOS, «Clássicos do pensamento político português», n.º 5, Gama, Lisboa, 1946; LOUREIRO, Fernando Pinto, *José Augusto Acúrsio das Neves: precursor do industrialismo em Portugal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1954; LOUREIRO, Fernando Pinto, *Vida e Ideias de José Acúrsio das Neves, primeiro grande defensor da indústria moderna em Portugal (1766-1834)*, Lisboa, 1957; *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, introdução de António ALMODÔVAR e Armando CASTRO, vols. I-VI, Afrontamento, Porto, 1983-1985; SILVA, Inocêncio Francisco da, «José Accursio das Neves», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860, pp. 181-183; vol. XII, 1884, pp. 196-197; TENGARRINHA, José, «Neves, José Acúrsio das (1766-1834)», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Editorial Figueirinhas, Porto, 1981, pp. 379-380; VICENTE, António Pedro, «José Acúrsio das Neves: panfletário antinapoleónico», in *Ler História*, n.º 17, Teorema, Lisboa, 1989, pp. 113-127.

Eurico Gomes Dias



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA